VII SEMANA NACIONAL
Justiça pela Paz em Casa

RELATÓRIO

PAZ
Nossa justa causa

CIM
Centro Judiciário
da Mulher

NUPECON
Núcleo Permanente de Métodos
Consensuais de Solução de Conflitos

TJDFT

VII SEMANA NACIONAL
Justiça pela Paz em Casa

RELATÓRIO

CJM
Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Mulher
em Situação de Violência Doméstica e Familiar

NUPECON
Núcleo Permanente de Métodos Consensuais
de Solução de Conflitos

GPSP
Gabinete da Segunda
Vice-Presidência

TJDFT

COMPOSIÇÃO ADMINISTRATIVA DO TJDFT

Desembargador Mario Machado Vieira Netto
Presidente

Desembargador Humberto Adjuto Ulhôa
1º Vice-Presidente

Desembargador José Jacinto Costa Carvalho
2º Vice-Presidente

Desembargador José Cruz Macedo
Corregedor

COORDENAÇÃO DO CJM

Juiz de Direito Ben-Hur Viza
Coordenador

Juiz de Direito Carlos Bismarck Piske de Azevedo Barbosa
Coordenador

Juíza de Direito Luciana Lopes Rocha
Coordenadora

Juíza de Direito Fabriziane Figueiredo Stellet Zapata
Coordenadora

Cristiane Moroishi
Supervisora

Myrian Caldeira Sartori
Supervisora Substituta

EQUIPE TÉCNICA DO CJM

Alfredo Valente Junior

Caroline da Costa Freire Ribeiro

Débora Roanne Borges de Abreu

Daniel Barros de Almeida

João Wesley Domingues

Katia Ferreira Gomes

Marcia Maria Borba Lins da Silva

Marcos Francisco de Souza

Mariana Barros Rodrigues da Cruz

Regina Lúcia Nogueira

Regina Márcia Raposo Rocha

Agradecimentos especiais aos parceiros institucionais precursores que vêm desempenhando papel indispensável nas ações de prevenção, de atendimento e de enfrentamento da violência contra a mulher no Distrito Federal:

Conselho Nacional de Justiça;

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

Defensoria Pública do Distrito Federal;

Polícia Civil do Distrito Federal;

Polícia Militar do Distrito Federal;

Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República;

Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal;

Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEDESTMIDH/GDF);

Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer do Distrito Federal;

Secretaria de Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal;

Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/DF);

Associação dos Magistrados (AMAGIS/DF);

Casa da Mulher Brasileira;

Universidade de Brasília.

Agradecimentos especiais aos setores estratégicos e administrativos do TJDFT que contribuíram para a realização da VII Semana:

Presidência, 1º Vice-Presidência, 2º Vice-Presidência e Corregedoria;

Magistrados dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do TJDFT;

Secretaria-Geral;

Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPECON);

Secretaria Psicossocial Judiciária (SEPSI);

"Vara de Execuções Penais do DF (VEP);

Assessoria do Cerimonial da Presidência (ACP);

Assessoria de Comunicação Social (ACS);

Coordenadoria de Assistência Multidisciplinar e da Coordenadoria do Programa de Qualidade de Vida da Secretaria de Saúde (SESA);

Núcleo de Editoração e Reprografia (NUER);

Núcleo de Revisão Textual (NURT);

Serviço de Transportes (SERTRA);

Serviço de Copa e Cozinha (SERCOZ);

Serviço de Suporte a Sistemas de Áudio e Vídeo (SERSAV);

E aos demais servidores e terceirizados que participaram dessa intensa Semana de atividades, direta ou indiretamente.

SUMÁRIO

8 CAMPANHA NACIONAL JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

10 VII SEMANA DA CAMPANHA NACIONAL JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA NO TJDFT

14 EVENTOS REALIZADOS NA VII SEMANA DA CAMPANHA NACIONAL JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA

- Palestra: Violência Psicológica – Diálogo entre Direito e Neurociência . . . 14
- Audiência pública sobre o tema violência institucional . . . 16
- Audiência Pública: Vamos Debater as Diretrizes para Investigar, Processar e Julgar Crimes de Mortes Violentas de Mulheres – Feminicídio . . . 18
- Sobrevivências: Resistência e Saberes da Mulher na Periferia . . . 19
- Mostra de Curta e Debate sobre Violência Doméstica no Instituto Federal de Brasília . . . 20
- Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF . . . 21
- Seminário: Violência Institucional com Recorte em Gênero . . . 22
- Mesa Redonda: A Justiça e a Violência contra as Mulheres . . . 24
- Canteiro de Obras na Ponte do Bragueto . . . 25
- Palestra sobre Gênero, Violência contra a Mulher e Lei Maria da Penha . . . 25
- Roda de Conversa sobre a Mulher e a Lei Maria da Penha . . . 26
- Formação de Voluntários para o Projeto Paz em Casa – Lei Maria da Penha . . . 27
- Exposição Fotográfica "Vamos Conversar" . . . 28
- Ciclo de Debates sobre a Violência contra a Mulher . . . 29
- Palestra: A Dimensão Simbólica da Violência de Gênero . . . 30
- Roda de Conversa sobre a Mulher e a Lei Maria da Penha na Comunidade Café sem Troco . . . 31
- Oficina Pró-Excelência: Aperfeiçoando o Julgamento e Tomada de Decisão a partir da Neurociência . . . 32
- Lançamento do e-book Maria da Penha Vai à Escola . . . 35

39 CONSIDERAÇOES FINAIS

Promovemos as diversas Semanas Nacionais de Justiça pela Paz em Casa para estimular a reflexão de todos e promover a orientação adequada no processo de busca pela construção de uma sociedade livre desse legado cultural perverso, cruel, sorrateiro, sórdido e silencioso de violência".

Desembargador Costa Carvalho
Segundo Vice-Presidente do TJDFT

CAMPANHA NACIONAL JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

A Semana Nacional Justiça pela Paz em Casa foi idealizada pela ministra Carmen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, em março de 2015, com o objetivo de promover, nos tribunais de justiça do país, ações contínuas e sistemáticas de combate e prevenção a todas as formas de violência que atingem os lares e as famílias brasileiras.

Para garantir a incorporação das Semanas aos principais eventos nacionais relacionados ao tema, **escolheram-se como calendário permanente da mobilização nacional os meses de março, agosto e novembro de cada ano** por representarem, respectivamente: o mês em que se comemora o Dia Internacional da Mulher; o mês em que foi publicada a Lei Maria da Penha; e o mês em que se comemora o Dia Internacional pela Eliminação de todas as Formas de Violência contra a Mulher.

A mobilização nacional já está na sétima edição e ocorreu, prioritariamente, entre os dias 6 e 10 de março de 2017, em todos os tribunais de justiça, por meio de suas respectivas coordenadorias da mulher.

No Distrito Federal, as atividades se estenderam até o dia 30 de março de 2017 e foram coordenadas pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar– (CJM).

O apoio institucional da Presidência, da Primeira e da Segunda Vice-Presidências e da Corregedoria deste TJDFT, bem como a presença e a participação das autoridades dessas unidades, foi fundamental durante a VII Semana Justiça pela Paz em Casa. Importante lembrar que foram realizadas várias reuniões de planejamento com os parceiros externos e internos para que fosse possível a articulação e integração das ações propostas.

Durante as articulações para a realização da VII Semana da Campanha Nacional Justiça pela Paz em Casa, destacamos que foi gratificante perceber o despertar e a adesão voluntária de entidades civis e privadas do Distrito Federal, de profissionais autônomos e de comerciantes, que se somaram às instituições parceiras não somente para essa Campanha, mas manifestando o interesse de participação continuada na área de prevenção à violência doméstica e na ampliação da oferta de serviços de proteção e assistência às mulheres e suas famílias.

A seguir, apresentaremos as ações e os resultados alcançados no Distrito Federal, detalhando os temas e as ações; os palestrantes e colaboradores; público e metas atingidas.

VII SEMANA DA CAMPANHA NACIONAL JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA NO TJDFT

No Distrito Federal, foram planejadas diversas ações com objetivos específicos, como: atenção nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher para agilizar e priorizar audiências, júris, sentenças e despachos; eventos de formação; atuações voltadas aos projetos em andamento com partícipes internos e externos ao TJDFT; lançamentos de produções culturais; eventos em que o CJM foi convidado a participar representando este Tribunal; ações com a Rede de Proteção às Mulheres e parceiros de entidades civis e privadas empenhados na construção de uma cultura de paz nos lares do Distrito Federal.

A mesa de honra para a realização da cerimônia de abertura, realizada em 6 de março de 2017, na Casa da Mulher Brasileira, foi composta pelas seguintes autoridades:

- *Desembargador Costa Carvalho, Segundo Vice-Presidente do TJDFT, representando o Presidente do TJDFT, Desembargador Mario Machado;*
- *A Primeira-dama do DF, Márcia Rollemberg, representando o Governador do DF, Rodrigo Rollemberg;*
- *A Vice-Presidente da OAB/DF, Daniela Teixeira, representando o Presidente da OAB/DF, Juliano Costa Couto;*
- *A Chefe de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Promotora Fabiana Costa Oliveira Barreto, representando o Procurador-Geral de Justiça, Leonardo Bessa;*
- *A Secretária de Estado de Segurança Pública e da Paz Social do DF (SSP), Márcia de Alencar Araújo;*
- *O Secretário de Estado de Educação do DF (SEEDF), Júlio Gregório Filho;*
- *O Secretário de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do DF (SEDESTMIDH), Antônio Gutemberg Gomes de Souza;*
- *O Secretário de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do DF (SECRIA), Aurélio de Paula Guedes Araújo;*
- *O Juiz de Direito Coordenador do Centro Judiciário da Mulher (CJM), Ben-Hur Viza;*
- *O Defensor Público Geral do Distrito Federal (DPDF), Ricardo Batista Sousa;*
- *A Subsecretária de Políticas para Mulheres do DF, Lúcia Bessa;*
- *A Chefe da Equipe de Limpeza da Casa da Mulher Brasileira, Maria Rita Pereira de Araújo, representando todas as servidoras da Casa.*

Após a composição da mesa de honra, o público presente contou com o pronunciamento do Desembargador Costa Carvalho, representando o Presidente do TJDFT.

Em seguida, foi assinado Termo de Aditamento ao Acordo de Cooperação Técnica do Projeto Maria da Penha vai à Escola, com o lema "**Educar para Prevenir e Coibir a Violência contra a Mulher**".

O termo foi assinado pelos seguintes órgãos: TJDFT; MPDFT; DPDF; OAB/DF; SEEDF; SEDEST-MIDH; SSPDF; PCDF e PMDF.

Segundo as palavras do Segundo Vice-Presidente do TJDFT, o termo aditivo "Demonstra o firme propósito de união de todos no fomento de políticas públicas para promoção de igualdade de gênero em uma trajetória construtiva em prol do estancamento dessa situação de opressão física, psicológica, emocional, patrimonial, moral e sexual" [...] "o projeto foca na disseminação do conhecimento básico sobre a Lei Maria da Penha aos alunos da rede pública, com a prévia formação dos respectivos profissionais de educação".

A cerimônia de abertura foi encerrada com a palestra da Professora Dra. Laura Frade, que ministrou o tema "**Os Diversos Aspectos que Levam Mulheres a Permanecerem em Relações Violentas**".

O evento contou ainda com a presença das seguintes autoridades: coronel Marcos Antônio Nunes de Oliveira, Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal; Mabel Alves de Faria

Corrêa, Diretora do Departamento de Polícia Especializada e Delegada-Chefe da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher, representando o Diretor-Geral da Polícia Civil Eric Seba; Márcia Abraão, Reitora da Universidade de Brasília; Getúlio Américo Moreira Lopes, Reitor do Centro Universitário de Brasília; Jânio Vasconcelos, Gerente da Agência do BRB Asa Sul; Franci Elder, Gerente de Negócios do BRB; juíza assistente da Segunda Vice-Presidência, Luciana Yuki; e a juíza Fabriziane Figueiredo Stellet Zapata, que passou a integrar a coordenação do Centro Judiciário da Mulher. Estiveram presentes, também, as mulheres da Casa Flor, a equipe do Centro Integrado 18 de Maio e os servidores dos juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do TJDFT.

Durante a semana e ao longo de todo o mês de março, ocorreram atividades como palestras, cursos de capacitação para lideranças religiosas e rodas de conversa. As atividades foram voltadas à discussão sobre gênero, violência contra a mulher, aplicabilidade da divulgação da Lei Maria da Penha, Trabalho em Rede e à prestação de informações jurídicas referentes a medidas protetivas de urgência. As atividades serão detalhadas a seguir.

EVENTOS REALIZADOS NA VII SEMANA DA CAMPANHA NACIONAL JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA

PALESTRA: VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA – DIÁLOGO ENTRE DIREITO E NEUROCIÊNCIA

No dia 20 de fevereiro de 2017, às 19h30, foi ministrada a palestra sobre violência psicológica na Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Taguatinga. A palestra "Violência Psicológica – Diálogo entre Direito e Neurociência" foi ministrada pela juíza titular do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Taguatinga e coordenadora do Centro Judiciário da Mulher do Distrito Federal (CJM), Luciana Lopes Rocha, e pela servidora Regina Lúcia Nogueira, psicóloga e neurocientista.

O evento contou com a presença da vice-presidente da OAB/DF, Daniela Teixeira; do presidente da Subseção de Taguatinga, Lairson Bueno; e da vice-presidente, Andressa Pelissari. A Subsecretária de Políticas para as Mulheres, Lúcia Bessa, também esteve presente. Estiveram presentes 131 participantes.

Na primeira parte da palestra, foram mostradas evidências científicas de que a violência psicológica gera efeitos prejudiciais sobre a saúde da mulher, afetando o cérebro e o corpo e sendo um fator de risco para uma série de doenças físicas e

mentais. A palestrante Regina Nogueira ressaltou que as características dos danos causados pela violência psicológica dificultam a demonstração do nexo de causalidade e o exame de corpo de delito, uma vez que os efeitos dessa violência ocorrem principalmente no cérebro e podem demorar anos para se tornar evidentes.

Outro aspecto destacado foi que a violência psicológica aumenta a vulnerabilidade da vítima a uma série de doenças físicas e mentais, o que caracteriza por si só um dano. Enfatizou, ainda, que o cérebro é a primeira parte do corpo humano impactada pela violência psicológica, e, a partir desse impacto, outros órgãos do corpo humano são prejudicados.

Na segunda parte da palestra, a juíza apresentou um panorama histórico e legal sobre como a violência psicológica é tratada no ordenamento jurídico brasileiro.

Segundo ela, o Brasil introduziu um conceito específico de violência psicológica no art. 7º, inciso II, da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha). No entanto, destacou que não há, nos termos da legislação atual brasileira, um tipo penal específico relacionado a essa forma de violência. E que, atualmente, as condutas reconhecidas como violência psicológica são enquadradas em outros tipos penais, como crimes de ameaça, de constrangimento ilegal, de injúria e outros crimes contra a pessoa, os quais possuem penas baixas e desproporcionais ao sofrimento que é causado às mulheres.

A juíza ressaltou os desafios de projetos de lei em andamento na Câmara dos Deputados que propõem o enquadramento da violência psicológica no crime de perigo para a vida ou saúde de outrem.

Finalmente, a palestrante ressaltou a importância de: i) diferenciar as violências psicológicas quanto à gravidade para melhor adequação quanto ao tipo penal; ii) considerar a intensidade e a duração da violência psicológica e seu impacto sobre a vítima; iii) demonstrar o dano sobre o cérebro e o corpo por meio de informações da OMS, Ministério da Saúde, artigos científicos, Neurociência e relatórios de equipes multidisciplinares; e iv) escolher o tipo penal considerando a violência psicológica em questão e a viabilidade de o exame de corpo de delito ser realizado e de demonstrar ou não o nexo de causalidade.

AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O TEMA VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL

No dia 23 de fevereiro de 2017, das 10h às 14h, ocorreu, na Câmara Legislativa do Distrito Federal, audiência pública sobre o tema da violência institucional, por iniciativa do deputado distrital Ivonildo Antônio Lira de Medeiros da Silva, presidente da Comissão de Segurança Pública da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

A audiência, que contou com aproximadamente 45 representantes de instituições públicas e da sociedade civil, inclusive representante do CJM, teve como objetivo socializar e debater as polêmicas profissionais e institucionais sobre a violência institucional.

A mesa de abertura foi composta pelas seguintes autoridades: Liz-Elaine, Coordenadora do Núcleo de Gênero do MPDFT; Dr. Daniel Nunes, presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/DF; Dominique Ribeiro, da Comissão de Direitos Humanos da DPDF; Glaucia Cristina, Delegada-Chefe da Delegacia de Crimes de Discriminação (DECRIN); Laerte Queiroz, da Comissão de Liberdade Religiosa da OAB/DF; Coraci Xavante, Secretário Adjunto da Secretaria de Direitos Humanos da SEDESTMIDH; Márcio Ferreira, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos da Secretaria de Segurança Pública.

No primeiro momento, o deputado Ivonildo Antônio Lira de Medeiros da Silva fez a abertura da audiência, destacando a pertinência do tema e agradecendo a presença de todos.

Em seguida, possibilitou a fala de cada autoridade presente à mesa para que abordassem seus respectivos pontos de vista em relação ao tema norteador da audiência.

A delegada Glaucia Cristina reforçou a importância de unificar e ampliar as ouvidorias existentes no sistema de justiça, bem como da formação em atendimento ao público no treinamento dos novos profissionais do sistema de justiça.

A promotora Liz-Elaine destacou alguns sinais e indicadores da violência institucional cometida contra mulheres em situação de violência e colocou o MPDFT à disposição dos outros órgãos para diálogo e intervenções conjuntas.

O Secretário Adjunto Coraci Xavante destacou o desafio de as políticas e instituições públicas reconhecerem a diversidade das especificidades do sujeito e, quando isso não ocorre, cria-se abertura para vários tipos de violência, inclusive, a violência institucional.

O major Marcelo Alves sublinhou, como estratégia de enfrentamento da violência institucional a mediação de conflitos, a criação de serviços mais próximos da comunidade e a capacitação dos policiais militares.

No segundo momento, deu-se oportunidade de fala à plateia, inicialmente por aqueles que já tinham manifestado interesse em falar antes mesmo do início da audiência. Na plateia, estavam representantes do Conselho de Direitos Humanos do DF, da Associação dos Familiares dos Presos do DF; do grupo de moradores de Planaltina; da Associação Israelita de Brasília; do Grupo Mulher Flor do Cerrado; e do Centro Judiciário da Mulher.

Ao final, o servidor do CJM, Marcos Francisco, se pronunciou destacando a pertinência do tema, bem como as iniciativas da Rede de Proteção à Mulher do Distrito Federal para discutir e propor ações de enfrentamento à violência institucional contra mulheres em situação de violência doméstica e familiar. O servidor do CJM, Marcos Francisco, aproveitou a oportunidade para convidar os presentes a participar da VII Semana da Campanha Nacional Justiça pela Paz em Casa.

AUDIÊNCIA PÚBLICA: VAMOS DEBATER AS DIRETRIZES PARA INVESTIGAR, PROCESSAR E JULGAR CRIMES DE MORTES VIOLENTAS DE MULHERES – FEMINICÍDIO

A audiência pública intitulada "Vamos Debater as Diretrizes para Investigar, Processar e Julgar Crimes de Mortes Violentas de Mulheres – Feminicídio", ocorreu no dia 3/3/2017, das 10h às 14h30, na Câmara Legislativa do DF, por iniciativa do deputado Joe Valle, do Grupo de Trabalho sobre Feminicídio, da SEDESTMIDH, do CJM e do MPDFT.

A audiência, que contou com aproximadamente 90 representantes de instituições públicas e da sociedade civil, inclusive com a juíza Luciana Rocha e a assistente social Marcia Borba do CJM, teve como objetivo debater as diretrizes para investigar, processar e julgar crimes de mortes violentas de mulheres.

A mesa de abertura foi composta pelas seguintes autoridades: Deputado Joe Valle; Juíza Luciana Rocha; Secretário da SEDESTMIDH, Gutemberg Gomes; Secretária de Estado de Segurança Pública do DF, Márcia Alencar; Defensora pública; Subsecretária de Segurança pública do Piauí, Delegada Eugênia Villa; Representante do Fórum de Mulher do DF e Entorno, Guaia Monteiro; Promotora Pública Liz-Elaine; Deputada Erica Kokay; Subsecretária de Políticas para as Mulheres, Lucia Bessa; Secretária Adjunta da SEDESTMIDH, Raissa.

As autoridades e o público presente debateram sobre a política de atendimento às mulheres em situação de vulnerabilidade social, principalmente em relação ao feminicídio. Piauí e DF foram as Unidades da Federação escolhidas pela ONU para implantar a proposta das diretrizes para investigar, processar e julgar os crimes contra a vida das mulheres por questões de gênero.

A representante do Piauí apresentou a atual e inovadora política do seu Estado para a temática do feminicídio. Todos os representantes abordaram as ações dos seus órgãos. A juíza Luciana Rocha falou sobre as ações do Judiciário no combate à violência, tais como: dezenove Varas de Violência contra a Mulher, Medida Protetiva de Urgência eletrônica, questionários de avaliação de risco encaminhados pelas delegacias, CJM (Maria da Penha Vai à Escola, Grupos de Homens, articulação do Judiciário com as políticas públicas e comunidade, Policiamento de Prevenção Orientada a Violência Doméstica - PROVID) e a atenção dos tribunais do júri aos crimes de feminicídio. Lembrou, ainda, da participação do TJDFT na 10ª jornada da Lei Maria da Penha, da adoção da medida protetiva não vinculada ao processo penal e da preocupação constante do TJDFT com o aprimoramento do Poder Judiciário.

SOBREVIVÊNCIAS: RESISTÊNCIA E SABERES DA MULHER NA PERIFERIA

O evento "Sobrevivências: Resistência e Saberes da Mulher na Periferia", realizado no dia 7 de março de 2017, foi organizado por meio da parceria conjunta entre a SEDESTDMIDH, o Instituto Federal de Brasília (IFB), a Universidade de Brasília e o CJM. Além de representantes dos respectivos órgãos, o evento contou com a participação da Subsecretária de Políticas para as Mulheres, Lucia Bessa, e da Deputada Federal Erica Kokay.

As ações desenvolvidas compreenderam desde oficinas práticas (maquiagem, jogos, *origami*, *marketing* pessoal, auto expressão, olhar feminino, produção de repelente, elaboração de currículo e entrevista de emprego, costura, saúde da mulher, defesa pessoal e mecânica básica) até apresentações culturais, relato de experiências, palestras sobre o tema "Mulheres em Casa", rodas de conversa sobre mulheres na periferia e questão de gênero no campo profissional, nas quais as servidoras do CJM Cristiane Moroishi e Márcia Borba estimularam e conduziram os debates.

As ações atingiram um público de, aproximadamente, cinquenta pessoas, entre alunos do IFB-Estrutural, professores, monitores e mulheres da comunidade.

MOSTRA DE CURTA E DEBATE SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA

Em continuação à parceria entre SEDESTMIDH, IFB, Casa da Mulher Brasileira e CJM, foi realizada, no dia 8 de março de 2017, também no IFB-Estrutural, a mostra do Projeto Curta Maria, seguida de debate sobre a violência contra as mulheres.

O evento contou com a presença da Subsecretária de Políticas para as Mulheres do GDF, Lúcia Bessa, de servidoras do psicossocial da Casa da Mulher Brasileira, dos servidores do CJM Marcos Francisco e Regina Márcia, da coordenadora da Casa Anísio Teixeira, Maria José Rocha, e de quatro alunos do Centro Educacional 02 de Sobradinho, vencedores do Projeto Curta Maria 2016, totalizando 35 pessoas.

No início da programação, Lúcia Bessa falou da importância de se discutir a violência doméstica

nos diversos espaços sociais, a fim de combater a cultura machista e patriarcal que reforça comportamentos e práticas violentas, na maioria das vezes, dirigidas às mulheres. Destacou, também, que a educação e as outras políticas públicas têm empoderado as mulheres para lutar pelos seus direitos de cidadania.

Em seguida, os alunos vencedores do Projeto Curta Maria 2016 apresentaram o curta-metragem produzido por eles, cujo tema foi a violência doméstica e familiar contra a mulher. Após houve o momento do debate, no qual o público pôde fazer perguntas sobre o trabalho desenvolvido e sobre essa questão.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – CODEVASF

No dia 8 de março de 2017, das 9h às 12h, realizou-se evento em comemoração ao Dia Internacional da Mulher para os servidores da Instituição CODEVASF, em parceria com a SEDESTMIDH e o CJM. Estiveram presentes as seguintes autoridades e parceiros: Presidenta da Codevasf, Kênia Marcelino; as assistentes sociais Daniele Oliveira da CMB e Marcia Borba do CJM; e o médico Cristiano Augusto do Instituto ONCO-VIDA.

Além dos palestrantes, contou-se com a participação de cem servidores da Codesvasf além da videoconferência para oito regionais da Codevasf.

Nesse dia foi inaugurada sala de amamentação para servidoras nutrizes, seguida de palestras sobre câncer de mama, o trabalho desenvolvido pela Casa da Mulher Brasileira, e o trabalho do CJM no enfrentamento e na prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher.

SEMINÁRIO: VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL COM RECORTE EM GÊNERO

A Rede de Proteção à Mulher do Distrito Federal promoveu, em parceria com o Centro Judiciário da Mulher, a Casa da Mulher Brasileira e a Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, o Seminário Violência Institucional com Recorte em Gênero, realizado no dia 9 de março de 2017, das 14h30 às 17h, na Casa da Mulher Brasileira.

O evento, que teve como objetivo refletir sobre a relação entre a violência de gênero nas intervenções dos profissionais que prestam atendimento às mulheres em situação de violência, contou com a presença de 47 participantes, além das seguintes autoridades: Juiz Ben-Hur Viza, um dos coordenadores do CJM; a Promotora de Justiça

Liz-Elaine de Silvério e Oliveira Mendes, Coordenadora do Núcleo de Gênero do MPDFT; e a palestrante, professora Dra. Lourdes Bandeira, titular do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

No primeiro momento, ocorreu a palestra de mesmo título do evento, proferida pela professora Dra. Lourdes Bandeira. No segundo momento, realizaram-se debates nos quais os participantes se manifestaram com comentários e com perguntas sobre o tema. No encerramento, fizeram uma breve avaliação do evento, na qual foi constatado que as discussões contribuíram de forma positiva para o aprofundamento do tema e para motivar os membros da Rede a continuar o debate nas próximas reuniões.

MESA REDONDA: A JUSTIÇA E A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Em 10 de março de 2017, das 15 às 17h30, na Universidade de Brasília, ocorreu a mesa redonda "A Justiça e a Violência contra as Mulheres", em comemoração ao mês internacional da mulher e em alusão ao aniversário de um ano do feminicídio da estudante Louise Ribeiro, pelo ex-namorado.

A mesa redonda foi organizada em parceria conjunta entre a UnB, a Delegacia Especial de Atendimento à Mulher, a Defensoria Pública e o CJM e contou com as seguintes autoridades: Dra. Marcia Abrahão, Reitora da UnB; Silvia Bandim, Coordenadora da Divisão da Mulher, Direitos e Diversidade da UnB; Dulcielly Nóbrega, defensora pública; Ana Cristina Melo Santiago, delegada da DEAM; e o juiz Weiss Webber Araújo Cavalcante, titular do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Planaltina. Além dessas autoridades, estiveram presentes no evento 50 participantes, a supervisora do CJM, Cristiane Moroishi, e a assistente social, Marcia Borba, também do CJM.

A reitora ressaltou o fato de a UnB ser um espaço aberto para debates. A Silvia Bandim, Coordenadora da Divisão da Mulher, Direitos e Diversidade da UnB, lembrou a morte da estudante Louise e a importância de a UnB estar próxima ao Sistema de Justiça.

Semana da Mulher

Mesa Redonda
A Justiça e a Violência contra as mulheres

Convidados: DEAM, DPDF e TJDFT

Na sexta-feira (10/03), irá ocorrer uma mesa-redonda, com a temática A Justiça e a Violência contra as Mulheres. Estarão presentes, compondo a Mesa: Dra. Dulcielly Nóbrega de Almeida, Defensora Pública e Coordenadora do Núcleo da Defesa da Mulher da Defensoria Pública do DF (DPDF); a Delegada Ana Cristina Melo Santiago, Chefe da Delegacia de Atendimento à Mulher (DEAM) do DF; e Dr. Weiss Webber Araujo Cavalcante, Juiz Titular do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (TJDFT), de Planaltina.

Data: Dia 10 de março de 2017
Horário: 15 h
Local: Anfiteatro 10, ICC SUL

A delegada Ana Cristina destacou que, desde o dia 8 de março de 2017, a Polícia Civil adotou o protocolo das diretrizes de investigação construído pela ONU e demais parceiros.

Em seguida, a defensora Dulcielly apresentou as questões históricas dos avanços da lei em relação à mulher e o papel da Defensoria. Já o juiz Webber explicou o papel do Judiciário e a estrutura do TJDFT no combate à violência contra a mulher e ressaltou a importância do CJM e do projeto MPVE como mecanismos de prevenção da violência.

CANTEIRO DE OBRAS NA PONTE DO BRAGUETO

Desde o início da Campanha Nacional Justiça pela Paz em Casa, em 2015, vislumbrou-se a importância de gerar reflexões sobre a violência contra a mulher e a Lei Maria da Penha entre trabalhadores da construção civil.

Algo que se repete no relato dos engenheiros responsáveis pelas obras é a informação de que há um número expressivo de operários que precisam faltar ao trabalho para comparecer em audiências judiciais em decorrência do envolvimento em situações de violência doméstica e familiar. Desde a primeira edição da Campanha Nacional Justiça pela Paz em Casa, o trabalho do CJM alcançou o público aproximado de 1.200 operários.

No dia 10 de março de 2017, às 16h, o CJM realizou palestra no canteiro de obras da construtora Via Engenharia localizado na Ponte do Bragueto, alcançando sessenta operários com a palestra sobre gênero, violência contra a mulher e Lei Maria da Penha. Os servidores do CJM João Wesley e Alfredo Valente conduziram a atividade.

PALESTRA SOBRE GÊNERO, VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E LEI MARIA DA PENHA

A palestra sobre gênero, violência contra a mulher e Lei Maria da Penha ocorreu em 14 de março de 2017, das 8h30 às 11h30, no Fórum de Santa Maria, em parceria entre o CJM e Coordenação Regional de Ensino de Santa Maria/Secretaria de Educação. O evento teve a presença da juíza Gislaine Reis, titular do Juizado de Violência Doméstica e Familiar de Santa Maria; da professora Mariana Almada, CRE/Santa Maria, dos servidores do CJM, Myrian Sartori, Marcos Francisco e Mariana Barros. Ao todo, participaram 54 pessoas.

A palestra fez parte da metodologia da segunda etapa do projeto Maria da Penha vai à Escola, realizado em Santa Maria. No primeiro momento, a juíza Gislaine Reis fez uma breve abertura e, em seguida, apresentou um vídeo para introduzir o tema. Depois, o servidor do CJM e assistente social Marcos Francisco iniciou a palestra estimulando a plateia a falar sobre as diferenciações entre homens e mulheres na sociedade brasileira, seguida da discussão sobre a relação entre gênero e violência contra a mulher. Após o intervalo, a mencionada magistrada deu continuidade ao evento destacando os mecanismos de proteção e assistência à mulher previstos na Lei Maria da Penha.

RODA DE CONVERSA SOBRE A MULHER E A LEI MARIA DA PENHA

No dia 14 de março de 2017, pela manhã, foi realizada, em parceira com a SEDESTMIDH e o CJM, uma roda de conversa sobre a Lei Maria da Penha na Unidade de Acolhimento ao Idoso (UNAI). Estiveram presentes quatro profissionais da instituição e vinte idosos acolhidos, além da assistente social do CJM Marcia Borba. Buscou-se refletir sobre as questões de gênero, a violência e a Lei Maria da Penha. Os idosos expuseram suas histórias de vida. Dessa forma, foram propostas reflexões sobre o machismo e os estereótipos de gênero da sociedade.

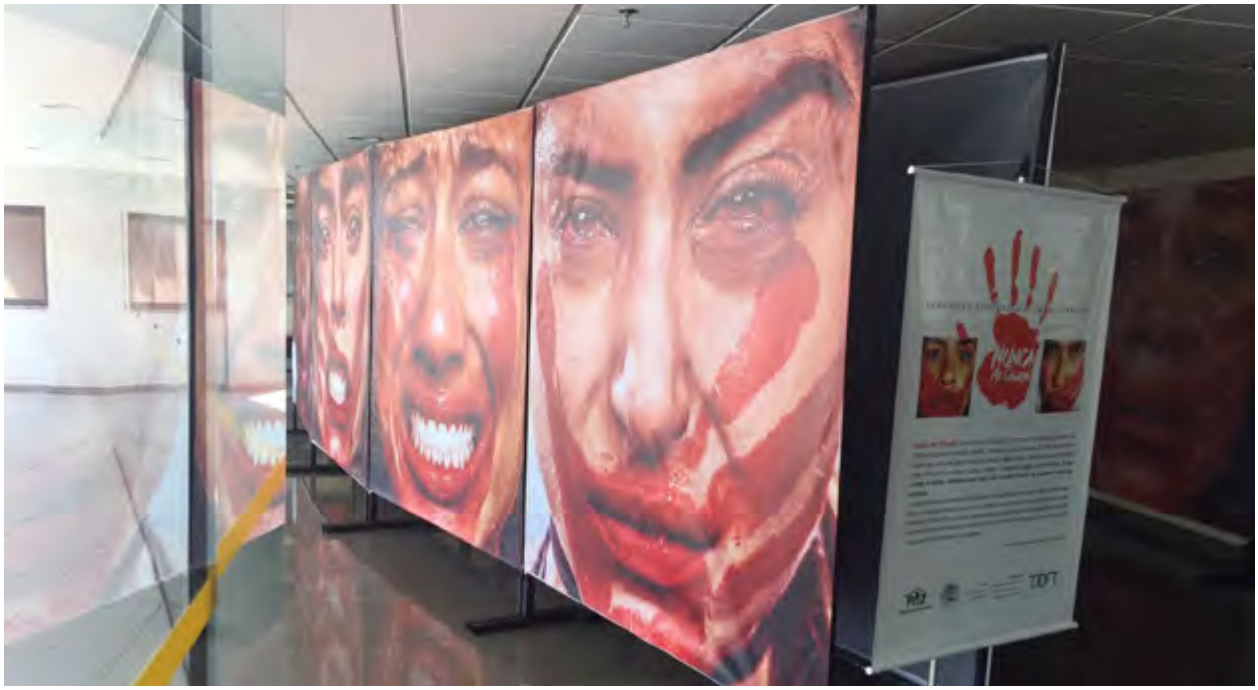
FORMAÇÃO DE VOLUNTÁRIOS PARA O PROJETO PAZ EM CASA – LEI MARIA DA PENHA

Em 15,16 e 22 de março de 2017, realizou-se, no período noturno, a Formação de Voluntários o Projeto Paz em Casa, na Paróquia Nossa Senhora da Assunção, em Águas Claras. Contou-se com a presença do juiz Carlos Bismarck; dos Padres Manuel Sanchez Sanchez (da Paróquia N. Sr.ª Assunção) e Fernando Rebouças (Capelão do Corpo de Bombeiros Militar do DF) e de voluntários para o acompanhamento de encaminhamentos do JVDFM de Águas Claras; além da Dra. Genuína Eliana Pereira Avilino (Psicóloga Doutorada em Terapia de Casal, Terapia Sexual, EMDR (*Eye Movement Desensitization and Reprocessing*), Fobias, Psicodrama, *Coaching*, Hipnose); Felipe de S. Avilino (Terapeuta Comunitário). Outras dezoito pessoas estiveram presentes, bem como os servidores João Wesley, Katia Gomes, Márcia Borba e Regina Márcia, do CJM.

A Formação de os voluntários do projeto-piloto Paz em Casa, em Águas Claras, teve como público-alvo diferentes profissionais que se colocaram à disposição para acompanhar partes em processos do JVDFM de Águas Claras, encaminhadas conforme critérios do juiz titular durante as audiências.

A Formação, com carga horária de seis horas no total, foi dividida em três encontros, com duração de duas horas cada um, nos quais foi abordada a Lei Maria da Penha da seguinte forma: 1°) o machismo e a Lei Maria da Penha; 2°) o atendimento aos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher; e 3°) estudo de caso.

EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA "VAMOS CONVERSAR"



A VII Semana seguiu com a programação, tendo sido realizada a exposição fotográfica "Vamos Conversar" no período de 6 a 17 de março de 2017, à tarde, no Fórum de Taguatinga. Estiveram presentes as autoridades: representante da Presidência do TJDFT e a juíza Luciana Lopes Rocha, além do servidor do CJM Alfredo Valente Júnior e transeuntes que circularam pelo Fórum.

O Centro Judiciário da Mulher, por meio de sua coordenação, conseguiu autorização com a Presidência do TJDFT para levar a exposição fotográfica, parte do projeto "Nunca me Calarei", a todas as circunscrições judiciárias do DF.

Trata-se de série fotográfica de rostos de mulheres, de todas as partes do Brasil, que sofreram alguma forma de assédio, tentativa ou abuso sexual. O ensaio foi feito com o intuito de produzir um manifesto de apoio e encorajamento às mulheres e de incentivá-las a denunciar as agressões sofridas e a reivindicar dos órgãos competentes proteção, acolhimento e combate à violência sexual.

O projeto nasceu da vontade do fotógrafo carioca Márcio Freitas de expressar, além da dor física, as marcas indeléveis que ficam na alma da mulher que passa por uma situação de estupro ou violência sexual. As fotos expõem, nos olhares de cada uma, sua dor, medo, mágoa e raiva, dando voz a essas mulheres que, durante toda uma vida, se calaram devido a anteparos sociais e emocionais, convidando outras mulheres a não se calar diante de qualquer forma de violência.

O impacto visual dos painéis e a veracidade no olhar de cada mulher são os responsáveis por gerar tamanho sucesso nas exposições que já ocorreram na praia de Copacabana no Rio de Janeiro, no vão do MASP em São Paulo, na estação Luz do metrô da cidade de São Paulo, na Câmara Legislativa do Distrito Federal e no Palácio da Justiça do TJDFT.

CICLO DE DEBATES SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

No dia 24 de março de 2017, das 9h às 12h, na Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF), ocorreu o ciclo de debates sobre a violência contra a mulher, que contou com a participação da Juíza Coordenadora do CJM Luciana Rocha; de Dulcielly Nobrega, da Defensoria Pública; de Dominique de Paula (OAB), e de Paula Regina Ribeiro. Estiveram presentes 70 participantes e o assistente social do CJM, Marcos Souza.

O ciclo de debates abrangeu as palestras "A violência de gênero e a lei dos mais fracos: proteção como direito fundamental exclusivo das mulheres na seara penal" e "Temas controvertidos da Lei Maria da Penha", proferidas, respectivamente, pelas professoras Soraia Mendes, da UnB, e Alice Bianchini, Integrante do Conselho Especial da Mulher Advogada da OAB Federal.

PALESTRA: A DIMENSÃO SIMBÓLICA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Nesse mesmo dia, 24 de março de 2017, realizou-se a palestra "A Dimensão Simbólica da Violência de Gênero", no período das 14h às 16h, na Casa da Mulher Brasileira, em parceria com o Ministério Público, a CMB e o CJM.

Estiveram presentes as seguintes autoridades: juíza Fabriziane Figueiredo Stellet Zapata, titular do JVDFM do Riacho Fundo; professora Tânia Mara, da Universidade de Brasília; Promotora Liz-Elaine, do Núcleo de Gênero do MPDFT; Iara Lobo, coordenadora da CMB.

Além das autoridades citadas, participaram profissionais das instituições de proteção à mulher e a assistente social do Centro Judiciário da Mulher Marcia Borba.

A professora Tânia Mara palestrou acerca das questões teóricas e exemplificou essa temática. Durante a palestra houve um debate rico com os presentes, aproximadamente cinquenta pessoas. A juíza Fabriziane Figueiredo Stellet Zapata registrou a importância de outras ciências para a compreensão do fenômeno da violência bem como ressaltou que só o Direito não conseguirá entender e intervir nesse fenômeno.

RODA DE CONVERSA SOBRE A MULHER E A LEI MARIA DA PENHA NA COMUNIDADE CAFÉ SEM TROCO

No dia 25 de março de 2017, no período da manhã, foi realizada uma roda de conversa sobre a mulher e a Lei Maria da Penha, bem como uma orientação para identificação dos tipos de violência e a importância do trabalho em rede. O encontro ocorreu no Posto de Saúde do Café Sem Troco, no Paranoá, fruto de uma parceria entre o CJM e a Secretaria de Saúde do DF. Profissionais e usuários da instituição também participaram, além dos servidores do CJM Marcia Borba, Cristiane Moroishi e Alfredo Junior.

OFICINA PRÓ-EXCELÊNCIA: APERFEIÇOANDO O JULGAMENTO E TOMADA DE DECISÃO A PARTIR DA NEUROCIÊNCIA

Nos dias 10 e 24 de março de 2017, no período da tarde, aconteceu a Oficina Pró-Excelência, com o título "Aperfeiçoando o julgamento e tomada de decisão a partir da Neurociência", promovida pela Escola de Formação Judiciária do TJDFT, com a colaboração da AMAGIS. Ao todo participaram quatorze magistrados do TJDFT. Contou-se com a presença da magistrada Luciana Lopes Rocha (Coordenadora do Centro Judiciário da Mulher) e das servidoras do CJM Regina Lúcia Nogueira e Myrian Caldeira Sartori.

As temáticas da Oficina abrangeram: aperfeiçoamento constante, desempenho sob pressão, gestão de momentos críticos, trabalho intenso, capacidade de superação, motivação, autoconfiança, características presentes em magistrados, com algumas diferenças importantes. Os atletas treinam diariamente para atingir o seu melhor re-

sultado nas principais competições. Por sua vez, o ofício da magistratura exige alta *performance* e excelência todos os dias, várias vezes ao dia, durante toda a carreira, e de forma diferenciada. Além disso, os magistrados devem obrigatoriamente nortear-se por princípios éticos e estão sujeitos a obrigações e vedações de conduta na vida profissional e privada. Acrescente-se a condição única dos magistrados de serem órgãos do Poder Judiciário, de terem sob sua responsabilidade a administração da Justiça em nome do Estado e de caber a eles a excelência na prestação do serviço público de distribuir justiça. Assim, a alta *performance* e a excelência dos magistrados impactam diretamente pessoas, famílias, a sociedade e a nação como um todo.

Ao mesmo tempo, são inerentes à magistratura a exposição a muitas situações potencialmente estressoras, como o isolamento social, muitas vezes necessário para sua atuação imparcial e independente; as expectativas da sociedade e

de si próprio sobre sua conduta; as mudanças constantes na legislação e nos procedimentos legais; o crescente escrutínio da sociedade e da mídia; a preocupação com a segurança própria e da família; a exposição a eventos com potencial traumático. Portanto, além de apresentar alta *performance* e excelência, o magistrado o faz sob condições adversas.

Diante desse quadro, o TJDFT, por meio do CJM em parceria com o Centro de Assistência Multidisciplinar (CAM), vinculado à Secretaria de Saúde, lançou, em agosto de 2016, o Pró-Excelência – Programa de Aprimoramento da Alta *Performance* e Excelência de Magistrados do TJDFT.

O Pró-Excelência visa manter e potencializar o funcionamento cerebral de profissionais de alta *performance* e excelência por meio do uso de estratégias neurocognitivas. Para tal, é estruturado em módulos contendo atividades baseadas em princípios e estudos da Neurociência e da Psicologia, que favorecem a utilização ótima de funções cognitivas, como julgamento e tomada de decisão, gerenciamento de pensamento, regulação de emoção, atenção e concentração, monitoramento de erros e flexibilidade cognitiva; promovendo o aprimoramento neurocognitivo desses profissionais. Uma vantagem adicional desse aprimoramento cognitivo é o de aumentar a resistência ao estresse, reduzindo seu impacto e, consequentemente, potencializando ainda mais a alta *performance* e excelência.

A Oficina "Pró-Excelência: aperfeiçoando o julgamento e tomada de decisão a partir da Neurociência" visou apresentar aos magistrados participantes estratégias neurocognitivas, a partir de princípios e estudos da Neurociência, que favoreçam um julgamento e tomada de decisão baseado na integração de processos cognitivos, emocionais e comportamentais.

Para tal, a Oficina iniciou-se com uma exposição sobre os princípios básicos da Neurociência e o funcionamento do cérebro no julgamento e tomada de decisão, bem como com a definição e a apresentação de exemplos de heurísticas e vieses. A seguir, criou oportunidades para que os participantes trouxessem exemplos e desafios de sua prática profissional relacionados ao tema. Finalmente, proporcionou diversas vivências de estratégias neurocognitivas de julgamento e tomada de decisão.

http://www.tjdft.jus.br/institucional/2a-vice-presidencia/nupecon/centro-judiciario-mulher/e-book-maria-da-penha-vai-a-escola

O TJDFT lançou, no dia 30 de março de 2017, o *e-book* "Maria da Penha vai à Escola: educar para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher", marcando o encerramento da programação do Mês da Mulher. O evento de lançamento aconteceu no auditório da CMB e contou com a presença do Presidente do TJDFT, Desembargador Mario Machado e do Segundo Vice-Presidente, Desembargador José Jacinto Costa Carvalho, além de outras autoridades.

A mesa de honra do evento contou, além do Presidente e do Segundo Vice-Presidente do TJDFT, com a presença de: Ana Beatriz Goldstein, assessora do Presidente da Câmara Legislativa do DF, deputado Joe Valle; Liz-Elaine Mendes, promotora de Justiça, representando o procurador-geral de Justiça, Leonardo Bessa; Antônio Gutemberg Gomes de Souza, Secretário do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do DF; Lúcia Bessa, advogada, Presidente da Comissão da Mulher Advogada da Seccional da OAB Taguatinga; e da professora e escritora Cristiane Sobral, coordenadora Intermediária de Direitos Humanos, Cidadania e Diversidade na Regional de Ensino do Núcleo Bandeirante.

Abrindo a solenidade, o Segundo Vice-Presidente do TJDFT, desembargador José Jacinto Costa Carvalho, lembrou que a Lei Maria da Penha superou uma década de sua criação e que, agora, "conseguimos refletir e amadurecer sobre os mecanismos de evolução do nefasto ciclo da violência contra a mulher".

Segundo o desembargador, a obra literária, disponibilizada a partir de então, traz, de modo prático e com linguajar acessível e de pronta compreensão, relatos sensíveis, teóricos e empíricos e diversos olhares de profissionais engajados e atuantes na busca de uma solução para esta problemática que atinge indistintamente qualquer segmento da nossa sociedade. Para ele, o "lançamento do *e-book* vem em um momento oportuno para o enfrentamento do sensível tema da violência doméstica e familiar contra a mulher".

Em seguida, o Presidente do TJDFT cumprimentou os presentes e os envolvidos na confecção do *e-book*, fazendo menção especial às magistradas que se destacam na "luta valorosa contra a violência doméstica e familiar contra a mulher".

O Presidente lembrou que o combate à violência contra a mulher é um trabalho conjunto de magistrados, servidores, advogados, defensores públicos, promotores e policiais, em prol de um ideal comum.

Além disso, ressaltou o papel transformador e proativo do TJDFT, que "tem-se dedicado muito a esse tema" e, por isso, "todas as circunscrições judiciárias do Distrito Federal contam com juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher", que, além de dar celeridade aos atos processuais, promovem eventos para difundir as práticas que previnam esse tipo de violência.

Em seguida, após as falas do Secretário do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do DF e da professora e escritora Cristiane Sobral, a mesa de honra foi desfeita.

A pedagoga e servidora do TJDFT Myrian Sartori, ao lado dos organizadores da obra, juiz Ben-Hur Viza e a professora da UnB Valeska Zanello, apresentou o *e-book* e cumprimentou todos os envolvidos na sua confecção, dando início à aula inaugural da 3ª Edição do Curso "Maria da Penha vai à escola".

Desenvolvido pelo CJM desde 2014, o Projeto busca promover e divulgar a Lei Maria da Penha nas escolas públicas do Distrito Federal. Atualmente, participam do projeto, além do TJDFT, o MPDFT, a Secretaria de Educação, a Secretaria de Segurança Pública, a Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, a Polícia Civil do Distrito Federal, a Polícia Militar do Distrito Federal, a Defensoria Pública do Distrito Federal e a OAB/DF.

Estiveram presentes na cerimônia de lançamento do *e-book* os juízes Ben-Hur Viza, Carlos Bismarck Piske de Azevedo Barbosa e Fabriziane Figueiredo Stellet Zapata, coordenadores do CJM, além das juízas Zoni de Siqueira Ferreira, titular do JVDFM do Guará, e Joanna D'arc Medeiros Augusto, titular do 2º JVDFM de Ceilândia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final de mais uma edição da Semana da Campanha Nacional Justiça pela Paz em Casa, somaram-se esforços de um número cada vez maior de instituições e pessoas comprometidas com a construção de uma sociedade com justiça social e contra quaisquer formas de violências, principalmente aquelas que ocorrem, ainda de forma silenciosa, nos lares brasilienses. Os resultados alcançados durante a Semana mostram, claramente, que somente a união de todos e todas é capaz de, em um único coro, dizer "Não" à violência doméstica e familiar. E, a cada Semana, novos atores e novas ações têm contribuído na visibilização e no enfrentamento ao fenômeno, como as audiências públicas, os ciclos de debates, os seminários e as rodas de conversa. A sétima edição alcançou direta e indiretamente, cerca de, 36 instituições parceiras e colaboradoras, assim como um público de 867 pessoas.

São números que, certamente, impactaram, de uma forma ou de outra, a vida e a consciência dos participantes. Portanto, os idealizadores das ações e o TJDFT, por meio do CJM, estão no rumo certo e de braços dados com aqueles que desejam uma cultura de paz e menos violência.

COMPOSIÇÃO DO CENTRO JUDICIÁRIO DA MULHER (CJM)

COORDENAÇÃO DO CJM

Juiz de Direito Ben-Hur Viza
Coordenador

Juiz de Direito Carlos Bismarck Piske de Azevedo Barbosa
Coordenador

Juíza de Direito Luciana Lopes Rocha
Coordenadora

Juíza de Direito Fabriziane Figueiredo Stellet Zapata
Coordenadora

Cristiane Moroishi
Supervisora

Myrian Caldeira Sartori
Supervisora Substituta

EQUIPE TÉCNICA DO CJM

Alfredo Valente Junior
Caroline da Costa Freire Ribeiro
Débora Roanne Borges de Abreu
Daniel Barros de Almeida
João Wesley Domingues
Katia Ferreira Gomes
Marcia Maria Borba Lins da Silva
Marcos Francisco de Souza
Mariana Barros Rodrigues da Cruz
Regina Lúcia Nogueira
Regina Márcia Raposo Rocha

ENDEREÇO

Fórum Hugo Auler
Circunscrição Judiciária do Núcleo Bandeirante
Av. do Contorno, lote 14 – sala 1.45

Casa da Mulher Brasileira
SGAN 601, lote J, Asa Norte

TELEFONES

3103.2041
3103.2093
3103-7718
3103-7720

E-MAIL

cjm.df@tjdft.jus.br

SITE DO TJDFT

http://www.tjdft.jus.br/institucional/2a-vice-presidencia/nupecon/centro-judiciario-mulher

CJM
Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Mulher
em Situação de Violência Doméstica e Familiar

NUPECON
Núcleo Permanente de Métodos Consensuais
de Solução de Conflitos

GPSP
Gabinete da Segunda
Vice-Presidência

TJDFT